



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais - FADIR**

**Igor Augusto Gonsalves Vasques**

**Ofensiva neoliberal ao pacto neodesenvolvimentista: um estudo  
sobre a ponte para o futuro**

**Dourados - MS**  
**Dezembro de 2021**

**Igor Augusto Gonsalves Vasques**

**Ofensiva neoliberal ao pacto neodesenvolvimentista: um estudo  
sobre a ponte para o futuro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Professor Dr. Hermes Moreira Junior.

**Dourados – MS  
Dezembro de 2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V335o Vasques, Igor Augusto Gonsalves

Ofensiva neoliberal ao pacto neodesenvolvimentista: um estudo sobre a ponte para o futuro  
[recurso eletrônico] / Igor Augusto Gonsalves Vasques. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Hermes Moreira Junior.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. 2021. I. Moreira Junior, Hermes . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



---

## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 03 de dezembro de 2021, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Igor Augusto Gonsalves Vasques** tendo como título "**Ofensiva neoliberal ao pacto neodesenvolvimentista: um estudo sobre a ponte para o futuro**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Hermes Moreira Junior** (orientador), **Me. Mariana Collette Piai Ersina** (examinadora), **Me. Mauro Sérgio Figueira** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **APROVADO**.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, assinada pelo orientador confirmando a participação remota dos demais examinadores.

**Prof. Dr. Hermes Moreira Jr.**

Orientador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

**FOLHA DE ASSINATURAS**

---

*Emitido em 03/12/2021*

**ATA Nº 599/2021 - FADIR (11.01.03.28) - FADIR (11.01.03.28)**

*(Assinado digitalmente em 13/12/2021 10:18 )*

**HERMES MOREIRA JUNIOR**

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*

*FADIR (11.01.03.28)*

*Matrícula: 1856762*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **599**, ano: **2021**, tipo: **ATA**, data de emissão: **13/12/2021** e o código de verificação: **59ca5d9a08**

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus, pela existência e toda a graça que dela resulta, o amor infinito e paciência que ele dispõe ao nosso favor é digno de ser apontado de maneira singela nessas palavras.

Ao meu pai Oscar Vasques e a minha mãe Clotilde Gonsalves que merecem todo e qualquer reconhecimento possível, servindo de base como exemplo de dignidade e honestidade, bem como base fraterna, estando eles presentes em todos os momentos primordiais da minha vida.

Ao professor e meu orientador Hermes Moreira Júnior, que me deu oportunidade ser seu orientado, e ainda que em diversas ocasiões tenha descumprido com as suas expectativas, ele de maneira bastante paciente me concedeu outra oportunidade, grato por isso.

## RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar como as ofensivas neoliberais impactaram os pactos nacionais de desenvolvimento nos governos Dilma. Parte-se da hipótese de que em determinadas situações que propiciam a investida neoliberal, ocorrem embates entre os grupos de interesses envolvidos em diferentes pactos econômicos e sociais, que acarretam numa mudança na política econômica nacional. Desta maneira, essa pesquisa busca primeiramente apresentar o conceito e o desenvolvimento da estratégia econômica do nacional desenvolvimentismo, sua origem e sua influência teórica em relação a subsequente estratégia, do novo desenvolvimentismo, e identificar as ofensivas neoliberais no contexto da proposta de um plano de governo para o Brasil, apresentada pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje MDB), nomeada como “Uma ponte para o futuro”, e finalmente avaliar os impactos das ofensivas neoliberais aos pactos nacionais de desenvolvimento. De forma geral, concluiu-se que com base na hipótese proposta no presente trabalho, bem como através da bibliografia analisada, que existem classes envolvidas em virtude de interesses em frentes ou pactos, e em determinadas situações como no caso de uma oscilação econômica, ocorrem embates entre grupos de interesses envolvidos em diferentes pactos, como ocorreu na investida neoliberal de maneira mais contundente nos governos da ex presidente Dilma Rousseff, e o esforço praticado pela investida neoliberal para alteração do modelo econômico então vigente.

Palavras-chave: Ofensivas neoliberais; Pactos nacionais de desenvolvimento; Modelo econômico.

## **Abstract**

The present work aimed to analyze how the neoliberal offensives impacted the national development pacts in the Dilma governments. In this way, it starts from the hypothesis that in certain situations that favor the neoliberal onslaught, clashes occur between interest groups involved in different economic and social pacts, which lead to a change in national economic policy. the concept and development of the economic strategy of national developmentalism, its origin, and its theoretical influence about the subsequent strategy, as well as analyzing and differentiating the proposal from new developmentalism, identifying neoliberal offensives in the context of the proposal of a government plan for Brazil, presented by the then Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB) (today MDB), named "A bridge to the future", and finally to assess the impacts of neoliberal offensives on national development pacts. based on the hypothesis proposed in the present work and through the Ana bibliography. lyses, that there are classes involved by interests in fronts or pacts, and in certain situations, such as in the case of an economic fluctuation, clashes occur between groups of interests involved and different pacts, as occurred in the neoliberal onslaught more forcefully in the governments of former president Dilma Rousseff, and the effort made by the neoliberal onslaught to change the economic model than in force.

**Keywords:** Neoliberal offensives; national development pacts; Economic model.



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Levantamento das Exportações.</b>	19
<b>Gráfico 2–Exportações logo após a crise.</b>	31

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>PACTOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>A PONTE PARA O FUTURO E A OFENSIVA NEOLIBERAL .</b>	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta do presente estudo consiste em analisar quais foram as consequências da ofensiva neoliberal ao pacto neodesenvolvimentista composta ao longo dos governos encabeçado pelo partido dos trabalhadores, e sua repercussão no governo Dilma, para tanto entende-se o desfecho do governo da ex-presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016), como uma possível consequência da ofensiva neoliberal. Para isso temos inicialmente que estabelecer o que vem a ser o nacional desenvolvimentismo e seu descendente teórico o novo desenvolvimentismo.

Trata-se então de uma análise das coalizões conformadas durante os governos de cunho neodesenvolvimentista, o fato é que as ofensivas neoliberais a serem tratadas no decorrer do trabalho procuraram em certos períodos impedir práticas que não harmonizassem com os interesses do capital financeiro, de fato, essa explicação é totalmente contraditória quando pensamos na burguesia como um ente uniforme, no entanto veremos posteriormente a sua característica heterogênea enquanto suas áreas de atuação e interesses. Como bem nos assegura Carvalho e Rodrigues Junior (2019), pode-se dizer que as conciliações formadas durante os primeiros governos petista começam a se ver afetados logo após a crise sistêmica ocorrida em meados de 2008, dificultando assim a sustentação da matriz econômico novo desenvolvimentista.

Nesse sentido, a partir desta análise a melhor maneira de compreender esse processo é considerar as políticas de austeridade, e suas manifestações ao redor do mundo após o período de recessão atravessado devido à crise do sistema capitalista do ano 2008. Vê-se nesse ponto, no que se refere à crise contemporânea brasileira, como uma provável tentativa de implantação de tais políticas, sendo este o propósito de tal ofensiva aos pactos nacionais de desenvolvimento, uma das manifestações desta ofensiva a serem analisadas é carta-programa do PMDB empreendida em 2015, intitulada "Uma ponte para o futuro", onde de maneira velada reflete os interesses do mercado.

É preciso, porém, compreender a noção de ofensiva neoliberal conforme anunciado no trabalho, pois parte-se do pressuposto de que em determinados períodos ocorrem embates entre os grupos de interesses envolvidos em frentes ou

pactos mantidos por demandas próprias, nesse sentido o problema levantado no trabalho é o de averiguar os impactos das ofensivas aos pactos vigentes. Posto que o período em questão a ser analisado atravessou por um processo de mudanças políticas e econômicas, assim sendo tais mudanças são objetos de análise.

Conforme verificado por Carvalho e Rodrigues Junior (2019), a crise contemporânea é o resultado do fim de um ciclo econômico posto em prática por uma matriz econômica nacional desenvolvimentista, tendo como base a política de conciliação entre frações. Dessa forma o período a ser analisado durante a pesquisa, trata da formação da frente novo desenvolvimentista e a conclusão desta após um período de *débâcle* econômico e político.

Portanto, é importante para a melhor compreensão do trabalho descrever os objetivos a serem alcançados, ou pretendidos. Assim, portanto feito a parte inicial, exposta a hipótese é chegado à hora de delimitar os objetivos pretendidos, a princípio julgo pertinente primeiramente apresentar o conceito e o desenvolvimento da estratégia econômica do nacional desenvolvimentismo, sua origem e sua influência teórica em relação à subsequente estratégia, assim como analisar e diferenciar a proposta do novo desenvolvimentismo, identificar as ofensivas neoliberais no contexto da proposta de um plano de governo para o Brasil, apresentada pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje MDB), nomeado como “Uma ponte para o futuro”, e finalmente avaliar os impactos das ofensivas neoliberais aos pactos nacionais de desenvolvimento.

A partir de uma análise bibliográfica qualitativa, o primeiro capítulo apresentará os conceitos do modelo nacional de desenvolvimento, sua origem e sua aplicação no estado Brasileiro, com o intuito de introduzir a noção da formação de pactos, bem como instruir a formação do seu sucessor o novo desenvolvimentismo, apontando as suas semelhanças e diferenças. Em seguida, no segundo capítulo analisa os pactos nacionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo, considerando a frente de classes conformada na primeira década do século XXI, e os governos do Partido dos Trabalhadores. No terceiro e último capítulo serão discutidas quais foram os impactos da ofensiva neoliberal no contexto da proposta de um plano de governo para o Brasil, apresentada pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje MDB), nomeado como “Uma ponte para o

futuro”. No final serão apresentados os resultados da pesquisa e comparados com as hipóteses iniciais deste trabalho.

## 2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

Pode-se dizer que o nacional desenvolvimentismo passou a ser uma alternativa, ainda que de maneira tácita, de um modelo econômico representado pelas grandes oligarquias exportadoras, que após a crise da década de 30 do século XX, entrou em declínio. Neste contexto a finalidade dessa alternativa de desenvolvimento nacional, seria alcançar uma capacidade de desenvolvimento maior, visando assim à industrialização como meio de alcançar uma maior autonomia (RIBEIRO DA SILVA, 2013). Desta forma, para os formuladores da alternativa desenvolvimentista, o desenvolvimento só seria possível através de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Assim a interpretação que derivou na idéia da necessidade de uma estratégia que propiciasse os meios e o ambiente necessário para o desenvolvimento econômico, baseou-se na noção de que o estágio de subdesenvolvimento dos estados periféricos não deveriam se resumir apenas ao seu passado colonial. Do ponto de vista de Bresser-Pereira (2005) há um interesse por parte dos países do centro na manutenção do modelo econômico que delega funções, no que se refere às produções de bens, no caso de bens primários, colocando assim em destaque a importância do estado como ente facilitador desse desenvolvimento emancipador, contando com o apoio da burguesia nacional para levar a cabo tal empreendimento.

Conforme explicado acima é interessante, aliás, notar como antes da década de 30 do século XX era de certa forma bastante evidente a conformação política e econômica do estado brasileiro, na velha república as oligarquias ocupavam um lugar de destaque na produção e distribuição de bens, em sua maioria primária. Situação essa que passou por alterações durante o período Vargas mostrou-se assim a compleição de um pacto entre diferentes setores, com a finalidade de levar a cabo o processo de transformação da economia nacional.

Nos anos posteriores a grande crise, mais no pós segunda grande guerra é possível notar o quanto a estratégia nacional de desenvolvimento passou a encontrar espaço nos meios de estudos econômicos, principalmente em países em desenvolvimento. Até meados da década de 60, intelectuais ligados ao nacional

desenvolvimentismo detinham uma imagem intelectual satisfatória, sendo assim, o nacional desenvolvimentismo contava com a aprovação dos seus pressupostos teóricos devido ao fato de que convergiam com o projeto político das burguesias industriais da região, servindo assim como espécie chancela teórica (CASTELO BRANCO, 2009).

Neste contexto, fica claro que o juízo trazido por Bresser Pereira, nos parágrafos anteriores a respeito de uma relação econômica e política estabelecida entre países do centro e os periféricos, que ditam de alguma maneira a função dos estados menos desenvolvidos no plano internacional, desse modo, e seguindo a idéia do autor, infere-se que há um interesse na divisão internacional do trabalho que priorizem os interesses do centro. Assim deve-se pôr em destaque a postura emancipadora da alternativa nacional desenvolvimentista, pelo menos naquele período por parte dos intelectuais que se propuseram analisar as razões que perpetuavam o subdesenvolvimento estrutural dos países periféricos, "O que estava sendo proposto pelos teóricos latino-americanos era esclarecer quais as características assume esse processo ao serem propagadas as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial" (RIBEIRO DA SILVA, 2013, p.23).

A origem dessa necessidade de uma alternativa para o desenvolvimento econômico e industrial é facilmente encontrada uma vez que é analisado o período de entre guerras, que em certa medida obstruiu trocas comerciais entre os estados, resultando assim numa mudança dos moldes de crescimento na periferia do sistema. Não restam dúvidas de que durante as décadas que compõem o período de entre guerras os países em desenvolvimento passaram por um processo de reajuste. Conforme explicado acima, as condições impostas devido aos conflitos, como também a crise econômica, propiciaram em alguma medida condições convenientes para um desenvolvimento voltado "para dentro" dando base assim para a produção em substituição de bens importados em sua maioria, por exemplo, bens manufaturados (RIBEIRO DA SILVA, 2013).

De acordo com Ribeiro da Silva, durante a década de 30 ocorre a formação de um pacto entre diferentes setores, com a finalidade de levar a cabo o processo de transformação da economia nacional.

O que podemos observar a partir da conformação social do Estado moderno capitalista que nascia em 1930, é um arranjo político em que as forças ligadas aos setores agroexportadores se aliam às forças mais progressistas, os industriais, para comandar o aparato estatal em expansão e dar uma direção ao projeto de transformação do país. (RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 17).

Portanto, o autor deixa claro na citação acima, que a alternativa proposta pelos desenvolvimentistas na época, era uma opção resultante de uma situação extraordinária do ponto de vista econômico e político, uma vez que o aspecto social daquele período demandou uma nova postura do estado. Ora, nesse sentido, o arranjo político a pouco mencionado, tinha como um dos seus objetivos a aplicação de uma diretriz que viabilizasse o projeto de modificação econômica e social do estado, através de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico nacional.

Sobre o processo de modificação econômica resultante da elaboração de um pacto entre diferentes classes que visavam concretizar o processo nacional de desenvolvimento, Bresser Pereira diz:

Graças, porém, à liderança de Getúlio Vargas, e às condições favoráveis que se abriram para o Brasil com a crise do sistema central nos anos 1930, a burocracia pública moderna terá afinal um papel entre as classes dirigentes brasileiras em associação com a nova burguesia industrial manufatureira e com setores da oligarquia voltados para o mercado interno. Entre 1930 e 1964 essas três classes dirigirão o país em substituição à oligarquia agroexportadora associada aos interesses externos (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 46).

A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que conforme citado acima, o Brasil, assim como outros estados em desenvolvimento notaram a necessidade e a oportunidade da formulação de um plano nacional de desenvolvimento e conforme os pressupostos da estratégia nacional desenvolvimentista era preciso à figura do estado presente e em comunhão com classes dirigentes e interessados na execução das políticas econômicas que priorizariam progresso industrial, o autor deixa claro que o foco voltado para o mercado interno proporcionaria uma maior oportunidade para o desenvolvimento



industrial. Logo as três classes citadas acima seriam beneficiadas, em diferente medida, com as políticas econômicas aplicadas pelo estado.

A definição de uma estratégia nacional desenvolvimentista segundo Bresser Pereira é colocada como sendo uma coalizão de classes, voltadas para aplicação de políticas que permitam o desenvolvimento industrial com a incorporação de progresso técnico.

O desenvolvimentismo assim definido supõe um Estado no qual uma coalizão de classes política está voltada para o desenvolvimento econômico e tem em seu núcleo a burguesia industrial, que se supõe serem relativamente “nacional”, os trabalhadores urbanos industriais e parte da burocracia pública (BRESSER PEREIRA, 2016, p 1).

A vista disso, e na tentativa de cumprir com o proposto no capítulo que é o de descrever as características da estratégia nacional desenvolvimentista, conforme citado acima, é possível notar a importância das classes políticas e econômicas para a conformação do processo de desenvolvimento industrial do estado. Sob essa ótica, ganha particular relevância tratar da essência das políticas econômicas que norteiam o plano desenvolvimentista, que segundo a literatura, há três características comuns a grande parcela dos projetos nacionais de desenvolvimento colocados em prática em diferentes países e em contextos semelhantes, que são elas a postura pró-indústria, defendendo a necessidade e o amparo das indústrias nacionais, a postura pró-intervencionismo do estado no que se refere à garantia do crescimento econômico nacional através das políticas macroeconômicas pertinentes, e por último o nacionalismo econômico que auxilia na determinação e controle do capital estrangeiro, para que através disso seja possível levar a cabo o projeto nacional (MOLLO; FONSECA, 2013).

O foco central do nacional desenvolvimentismo é o de alcançar, o que segundo a literatura, era a mudança estrutural necessária para lograr o desenvolvimento econômico, é possível afirmar que como citado acima à industrialização faz parte dessa mudança necessária, pois dada a conjuntura política e econômica internacional, assim como a própria formação estrutural do estado nacional, se fazia imprescindível a figura do estado, bem como uma coalizão de classes arranjadas para a prática da estratégia nacional de desenvolvimento, por

exemplo, o Brasil do período Vargas, que através da compreensão da tese da deterioração dos termos de intercâmbio, definiu uma estratégia política e econômica para atingir o crescimento e o desenvolvimento nacional. "Para seus intelectuais, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado." (BRESSER PEREIRA, 2005, p. 208).

Em vista disso, a estratégia nacional desenvolvimentista, demonstra a importância das políticas econômicas, para o desenvolvimento do processo da industrialização nacional, num período em que a divisão internacional do trabalho se encontrava fortemente sustentado pela teoria da vantagem comparativa, que segundo os apoiadores do nacional desenvolvimentismo resultava na deterioração dos termos de troca, resultando assim na permanência do estado com uma forte dependência externa e uma fraca capacidade industrial. Portanto, é importante destacar novamente o papel do estado como o ente facilitador da estratégia de desenvolvimento, uma vez que ela consubstancia as políticas econômicas, assim como é através dela que a coalizão de classes dirigentes se agrupa e manifesta.

Em suma, criticou a teoria econômica neoclássica com a tese da deterioração dos termos de intercâmbio; definiu a industrialização como mudança estrutural e o principal meio para se atingir o desenvolvimento econômico; apontou a "restrição externa" associada a duas elasticidades-renda perversas como razão adicional para a política de industrialização; aceitou a tese do crescimento com endividamento externo; defendeu um papel ativo do Estado (BRESSER PEREIRA, 2016, p. 244).

Sendo assim, é plausível apontar a estratégia nacional desenvolvimentista como um meio necessário e de igual maneira importante na época, devido ao contexto político econômico daquele período. Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete a um momento em que se passou a contestar os pressupostos da teoria neoclássica, propondo assim uma mudança estrutural que visava através de políticas pró-industrialização alcançarem um maior desenvolvimento econômico e social. Por isso, fica evidente que a análise introdutória desse período é importante, pois é através dele que se observou a importância das classes sociais para as estratégias voltadas para o crescimento,

bem como é por meio do estudo de tal estratégia que se elaborou a proposta nova desenvolvimentista, que será mais bem analisada nos próximos parágrafos.

No final dos anos dos anos 90, boa parte dos estados se encontravam numa situação econômica instável, conjuntura essa que teve origem, em partes, devido às mudanças políticas econômicas ocorridas nas décadas que antecederam o período ora mencionado. É nesse contexto que o novo desenvolvimentismo se apresenta como uma espécie de “terceiro discurso”, buscando através de sua proposição a retomada e posterior manutenção de políticas de desenvolvimento econômico, todavia levando em consideração as falhas do desenvolvimentismo populista, bem como também a da ortodoxia liberal, para que através desta abordagem seja possível estimular o crescimento com estabilidade (PINHO, 2011).

É interessante, aliás, antes de prosseguir com o desenvolvimento da análise, esclarecer que o objetivo deste trabalho não é o de rotular determinado período enquanto as suas características, abrangendo assim um assunto já discutido em outros trabalhos, mas sim analisar as ofensivas aos pactos nacionais de desenvolvimento. Em vista disso Paulani (apud MELO, 2020, p. 1) explicitou a dificuldade de se classificar as políticas econômicas desse período de maneira precisa, “de desenvolvimentista seja, neo, novo, ou social o prefixo que se anteponha ao termo”, porque esses governos seguiam “sem projeto e sem planejamento, caminhou ao sabor da conjuntura, sem ameaçar o status quo”.

Sendo assim, e dando sequência ao desenvolvimento do trabalho, pode-se dizer que no final da década de 90, logo após a aplicação das diretrizes propostas pela frente neoliberal, vimos o desfecho do desmonte do estado e consequentemente o desequilíbrio macroeconômico que em certa forma reduziu a proteção social do povo. Neste contexto, para Castelo Branco (2009) fica claro que a aplicação das premissas neoliberais, por parte dos países sul americanos, resultou na prática das agendas políticas neoconservadoras sobre liberalização e desregulamentação dos mercados, e privatização dos bens públicos.

Diante do exposto, então, é relevante para o desenvolvimento do texto, que logo no primeiro capítulo tem como objetivo descrever ambas alternativas nacional de desenvolvimento, explicar que entre as décadas 80 e 90, a ideologia neoliberal

ganhou forças, e com a sua proposta de livre mercado, e de função limitada do estado nacional, implementou políticas que resultaram na obstrução da função de arranjo do estado, proposta anteriormente pela estratégia nacional de desenvolvimento, obstaculizando assim o implemento do desenvolvimento econômico nacional. Conforme explicado acima, Boito Jr (2012), deixa claro que as reformas implementadas pelo neoliberalismo nos países periféricos, que eram modificações direcionadas para o mercado, culminaram na abertura indiscriminada do mercado nacional.

Sob essa ótica, é possível compreender a estratégia novo desenvolvimentista como uma opção ao neoliberalismo e suas premissas de liberalização e desregulamentação do mercado. No entanto, como bem nos assegura Pfiefer (2013), o novo desenvolvimentismo se apresenta como uma alternativa ao neoliberalismo, e ainda que tenha um forte apego teórico ao nacional desenvolvimentismo clássico, ela reflexiona a aplicação das suas premissas levando em consideração a circunstância histórica, que tem o quadro da globalização como variável importante para a formação do plano econômico dos países de renda média, como é o caso do Brasil.

Assim conforme mencionado pelo autor no parágrafo anterior, o novo desenvolvimentismo tem como base alguns dos pressupostos do seu precursor nacional desenvolvimentista, no entanto com alterações pontuais no plano de desenvolvimento, considerando o nível de desenvolvimento industrial já alcançado na segunda metade do século XX, como também conforme destacado anteriormente as alterações no quadro do capitalismo mundial, demandando assim uma postura mais pragmática do estado, no que se refere às políticas econômicas. De acordo com Bresser Pereira (2007), "O fato de a estratégia que o novo desenvolvimentismo representa não ser protecionista não significa que os países devam estar dispostos a uma abertura indiscriminada" (p.166).

Conforme explicado acima, essa nova postura estratégica nacional de desenvolvimento, é o resultado da experiência das práticas desenvolvimentistas do pós segunda grande guerra, bem como uma alternativa ao neoliberalismo que regeu as políticas de boa parte dos estados periféricos no final do século XX. É importante então, dar destaque para as políticas macroeconômicas propostas pelo

novo desenvolvimentismo, que tem como o objetivo a retomada do crescimento econômico, porém não negligenciando a responsabilidade fiscal do estado, almejando desta maneira o desenvolvimento responsável do estado, por exemplo, o papel do estado como guia de investimentos, de maneira estratégica aos investidores é algo pregado tanto na teoria nacional desenvolvimentista como no novo desenvolvimentismo, porém nesta última versão o estado atua de maneira mais velada, tendo em vista o seu propósito de crescimento com estabilidade.

A macroeconomia novo-desenvolvimentista é a parte mais elaborada do novo desenvolvimentismo. Diferentemente da macroeconomia convencional, ela está fortemente interessada nos cinco preços macroeconômicos: a taxa de lucro, que deve ser satisfatória para as empresas investirem, a taxa de juros cujo nível em torno do qual o banco central realiza a política monetária deve ser baixo, a taxa de câmbio que deve tornar competitivas as empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, a taxa de salários que deve ser compatível com a taxa de lucro satisfatória crescendo com o aumento da produtividade, e a taxa de inflação que deve ser muito baixa. (BRESSER PEREIRA, 2016, p. 9).

Essa abordagem da macroeconomia novo desenvolvimentista tem uma postura mais voltada para as garantias da produtividade, conforme visto na citação acima, o autor deixa claro que as políticas macroeconômicas na versão novo desenvolvimentista orientam as políticas econômicas no sentido de proporcionar um ambiente propício para o investimento, focando nesse sentido nas taxas de juros, bem como na política cambial uma vez que garantem a competitividade das empresas nacionais, tornando o preço favorável. Dessa maneira, e conforme visto em parágrafos anteriores, o novo desenvolvimentismo tem como característica uma postura mais criteriosa, uma vez que compreende o mercado como um ente capaz de gerenciar a alocação e distribuição de bens no mercado, no entanto considera que não garantem por si só que os pressupostos macroeconômicos permaneçam adequados para que seja possível o desenvolvimento responsável do estado nacional.

Por fim, podemos chegar à conclusão de que há uma alteração na matriz econômica nacional ao longo dos anos, conforme descrito anteriormente. Logo, é indiscutível a importância do papel prestado pelas diversas conformações de classes

envolvidas no decurso do tempo, cada qual com seu nível de importância na formação das políticas econômicas tendo de diferentes formas seus interesses contemplados no decorrer da aplicação das políticas econômicas.

Nesse sentido, já feita a inserção do modelo nacional de desenvolvimento, é possível apontar pontos importantes que serão tratados ao longo dos próximos capítulos, visto que algumas das diferenças apontadas entre o nacional desenvolvimentismo da segunda metade do século XX, e o seu sucessor teórico o novo desenvolvimentismo, lidam com a noção de crescimento pragmático, bem como realça a importância da responsabilidade fiscal, assim sendo essas diferenças serão importantes para a compreensão das políticas tomadas pelo governo para a conformação do pacto nacional de desenvolvimento, abrangendo assim em certa medida os interesses de cada classe.

### **3 PACTOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

É importante considerar as primeiras décadas do século XXI, no que se refere à política econômica e social brasileira, como o resultado de uma aproximação entre diferentes classes que resultaram numa frente para compor a base do então incipiente governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

Neste contexto, ainda que a heterogeneidade da frente político e econômica resulte na discordância a respeito de tomadas do direcionamento econômico devido à diversidade dos interesses envolvidos, tendo como exemplo as políticas pertinentes aos salários, juros, bem como incentivos fiscais e de redistribuição, esta frente se mostrou presente na primeira década do século XXI, compondo assim a base da frente política neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2012). A melhor maneira de compreender esse processo é considerar interesses de cada classe envolvida, e a disposição do recém empossado governo na época, de aplicar políticas que atendam os interesses das classes envolvidas, no capítulo anterior acompanhamos a maneira como a política econômica internacional passou por uma série de mudanças devido às políticas liberalizantes impostas pelos países do centro, bem como instituições econômicas internacionais, a composição da frente política neodesenvolvimentista em partes é o resultado de tais mudanças.

Assim, reveste-se de particular importância compreender o papel das classes e frações de classes envolvidas na frente neodesenvolvimentista, pois como visto acima existe um entendimento tácito de que há uma representação para o cumprimento de reivindicações de determinados interesses que outrora acabaram por ser negligenciados em favor do capital rentista, ou melhor, dizendo da fração rentista que durante os anos anteriores se viu numa posição favorável. Sob essa ótica, Boito Jr (2012), explica que a grande burguesia interna, força dirigente da frente novo desenvolvimentista, é em muitos aspectos heterogênea, pois conforme analisado as forças dirigente são compostas por diversos ramos do capitalismo, desde o agronegócio, construtoras, indústrias manufatureiras e até mesmo grandes bancos, pois é através desse pacto que envolve o estado que os integrantes da burguesia interna terão favorecimentos e proteção do estado perante a investida do

capital estrangeiro, nesse sentido essa coalizão se estende por boa parte do início do século XXI.

É interessante, aliás, desenvolver melhor a noção de frente desenvolvimentista visto que tal conformação é bastante complexo devido justamente a sua formação que acaba por incluir da mesma forma as classes dominadas, classe operária, e outros integrantes de diferentes movimentos que também se sentiam atendidos em algumas de suas demandas imediatas, o apoio ou a inserção das classes que não integravam a grande burguesia interna se devia pelo sentido de representação do partido dos trabalhadores, que propiciava de certa maneira uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista.

Conforme explicado acima, havia uma disputa de interesses que motivou a formação da frente desenvolvimentista, atendendo as aspirações da fração dominante, a grande burguesia interna, em detrimento ao capital rentista, no mesmo sentido a conformação também resultaria benéfica as classes dominadas devido à disposição do partido para a prática de políticas salariais, trabalhistas e sociais. Nessa perspectiva, Boito Jr (2012), destaca o papel do partido dos trabalhadores na função de intermediário para a integração entre as diversas classes integrantes dessa frente, dando destaque as classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, no que se refere à representatividade.

Segundo Carvalho e Rodrigues Júnior (2019), o governo petista assume uma postura de conciliação, no que se refere à condução da política econômica, mantendo os interesses do capital, resultando assim na permanência dos ganhos do capital rentista advindos das políticas neoliberais postos em prática no período anterior. Porém os autores deixam claro que é inegável a postura mais abrangente do governo petista, estendendo-se com as chamadas políticas de enfrentamento a pobreza, a beneficiar as classes operárias e as marginalizadas, com estratégias que envolviam o aumento dos salários, benefícios previdenciários e políticas socioassistenciais.

Neste contexto, fica clara a característica policlassista da frente novo desenvolvimentista do início dos anos 2000, e que está composta por classes com demandas próprias que em certa medida viram na coligação a oportunidade de



terem tais requisições atendidas, valendo-se assim da postura de conciliação do governo representado pelo partido dos trabalhadores, conforme mencionado pelos autores anteriormente. Segundo Boito (2012, p. 217) "Os assalariados ganham algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial".

Dessa maneira, quando tratamos da conformação da frente novo desenvolvimentista, bem como da ocasião em que frente passou a ser formada, é relevante pôr em destaque o período em que isso ocorreu, pois conforme a literatura utilizada, no início da primeira década do século XXI, houve um aumento exponencial das trocas comerciais, diante disso sobreveio um aumento expressivo das commodities, sendo esta responsável por uma parcela considerável das exportações do estado brasileiro, ocorrendo assim um círculo virtuoso que também possibilitou o crescimento e desenvolvimento nacional, no gráfico 1 é possível notar esse aumento através das exportações com alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Gráfico 1 – Levantamento das Exportações.



Elaborado pelo autor com base nas estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É importante então considerar a conformação da frente novo desenvolvimentista, e quais as posturas e interesses das classes integrantes deste pacto, uma vez que através da análise da configuração da frente é possível compreender a postura do governo nas primeiras décadas do século XXI, no que se referem às políticas econômicas e sociais. Seja nesse caso, por exemplo, para atender demandas das classes envolvidas, embora as políticas econômicas pendessem mais para as frações dirigentes, porém havia demandas pontuais sendo atendidas no bojo da coligação em favor das classes não integrantes da grande burguesia interna, conforme explicado acima em parágrafos anteriores.

De acordo com Pfeifer (2013, p. 25) existem diferentes classes compondo a fração, porém entre os membros da coligação existem posturas ambíguas no sentido de apoio político e econômico:

Como membros natos desta coalizão, o economista coloca os empresários da indústria de transformação nacional; já em relação aos ligados à indústria de mineração e ao agronegócio – considerados por ele como um segmento muito indefinido, pois ora tange ao lado do Norte, ora o segmento é solidário a indústria nacional –, sua articulação à nova coalizão dependerá da sua decisão em relação à taxa de câmbio, a qual, mantida dentro dos padrões da ortodoxia convencional, se lhes tornam extremamente rentável.

O autor deixa claro na citação acima que a coalizão em sua formação conta com uma fração burguesa mais bem representada, ou seja, a política nacional de desenvolvimento definida pelo governo ainda que mantida dentro dos padrões da ortodoxia convencional, diligenciava cumprir com as medidas que propiciassem o desenvolvimento da indústria nacional mesmo que de maneira moderada. Nesse sentido é interessante frisar no ponto em que são considerados os segmentos tidos como indefinidos, conforme citado acima, essas frações tendem a oscilar o apoio à frente a depender das políticas macroeconômicas impostas pelo governo, havendo assim por vezes divergências com as demandas dos demais integrantes da frente.

Segundo Boito Jr (2006, p. 276) há uma expertise excepcional por parte do partido dos trabalhadores em acolher parte das demandas da burguesia industrial, trazendo assim para a formação do bloco um importante aliado:

Em 2002, a frente oposicionista que sustentava a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência interveio nessa disputa. Lula e o Partido dos Trabalhadores exploraram amplamente essa insatisfação do grande capital industrial nos comícios da campanha. A pregação do PT contra a especulação e a favor da produção, contra as altas taxas de juros, por uma reforma tributária que desonerasse a produção e seu discurso pelo crescimento econômico, todos esses pontos visavam introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando à grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula. Uma vez no governo, Lula buscou um meio termo.

Vale evidenciar a maneira como os setores industriais da fração monopolista da burguesia brasileira foram prejudicados pelas diretrizes econômicas aplicadas durante o processo de liberalização econômica, juros altos e a abertura comercial, resultou no descontentamento e posterior afastamento desta fração. 'Ao longo da década de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolveu várias campanhas de protesto contra a política de juros e a abertura comercial "exagerada" dos governos neoliberais' (BOITO JR, 2006, p. 275).

Neste contexto conforme citado acima, fica claro que as diretrizes das políticas econômicas praticadas pelos governos de perfil desenvolvimentista no início dos 2000, ou seja, novo desenvolvimentista uma vez que está se molda a algumas das práticas da ortodoxia convencional, enfatizaram nas insatisfações do grande capital industrial resultantes das políticas econômicas postas em prática nos últimos anos do século XX. Diante do exposto, então é possível notar a noção de um escoramento por parte do governo no sentido de um apoio mútuo resultante da formação da coalizão, tratado aqui também como um pacto, dessa forma, veremos mais adiante de que maneira a característica tênue de tal pacto em momentos de oscilações acabam por atravancar as diretrizes das políticas econômicas praticadas pelos governos.

Por todas essas razões, que resultaram no desgaste das políticas neoliberais o ponto fundamental a ser analisado é o descontentamento de diferentes classes

para com suas políticas, visto que a partir disso advieram nos anos posteriores as políticas novo desenvolvimentistas nos primeiros anos do século XXI. O que importa, portanto, é notar a possibilidade da formação de pactos econômicos e políticos através preferências pontuais das classes envolvidas, nesse sentido, a conciliação dos diversos interesses das frações envolvidas num pacto, é, porém uma difícil tarefa a ser cumprida, resultando por vezes em transtornos que serão mais bem analisadas no próximo capítulo.

Nesse sentido, de acordo com Carvalho e Rodrigues Junior (2019, p. 279):

Ao final do século XX e limiar do século XXI, o projeto neoliberal demonstrava sinais de desgaste, como uma tendência mundial, a perpassar a civilização contemporânea do capital. Tal desgaste, decorrente dos baixos índices de crescimento econômico e aumento da concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes locais e internacionais, acirra a desigualdade, desemprego, pobreza e violência. São estes indicadores de uma crise do neoliberalismo, com expressões diferenciadas em países da América Latina, no deflagrar dos anos 2000.

Portanto o descontentamento de alguns setores com as políticas que vinham sendo colocadas em prática na última década do século XX resultaram na contestação das diretrizes neoliberais. Por conseguinte, Pfeifer (2013) retrata a reforma neoliberal como falha, no sentido de que resultou num quadro de desemprego elevado, prejudicando a classe trabalhada, no mesmo sentido travancou o desenvolvimento industrial devido às políticas econômicas que resultaram improdutivas para o setor industrial.

Sendo assim, vemos como se deu a formação da frente novo desenvolvimentista do início dos 2000, a maneira como o partido dos trabalhadores procurou através da coalizão reunir diferentes frações e ou classes, em torno das políticas voltadas para o desenvolvimento nacional, levando em consideração as limitações do período que acarretaria em um padrão de desenvolvimento distinto ao modelo desenvolvimentista da segunda metade do século XX, como visto em trechos anteriores. Conforme citado acima, as insatisfações de certas classes resultam em desgastes de um projeto econômico e social posto em prática até então.

Dessa maneira o desconcerto dos interesses dentro de uma coalizão pode derivar em crises, ocasionando alterações na matriz econômica, sobre esse ângulo, a contraposição entre a burguesia produtiva e burguesia rentista, nos auxilia a compreender a necessidade da formação de uma coalizão apenas composta pela burguesia produtiva, que segundo Castelo Branco (2009, p. 80) "Enquanto os primeiros lucram com operações financeiras, gerando exclusão social, os segundos lucrariam com investimentos produtivos, gerando, de acordo com certas premissas macroeconômicas e políticas, renda e riqueza para as classes burguesa e trabalhadora".

Como bem nos assegura Singer (2018, p.17) "Em vez de lidar com a burguesia e o proletariado, é necessário dar conta de inúmeras divisões [...] Burguesias transnacionais, industriais rentistas, protagonismo de profissionais do aparelho de justiça". Portanto a idéia de uma coalizão formada por diferentes classes, quando analisada minuciosamente, passa-nos uma imagem no mínimo abstrusa, pois entender a burguesia dividida em diferentes frações e com distintos interesses escapa da noção dicotômica de classes tradicionalmente difundida, mas o fato é que compreender a burguesia através de frações será necessário uma vez que o objetivo do trabalho é o estudo dos embates entre as frações envolvidos em pactos, e sua influência nas políticas econômicas e sociais em um determinado período, para tanto a partir dos próximos trechos estreitaremos a análise em função desse objetivo.

Dessa forma, a partir da percepção da idéia de classes divididas em frações será possível conduzir de maneira mais focada a análise das frações envolvidas em pactos, e a maneira como essas frentes coexistem em prol das políticas que em determinadas ocasiões refletem melhor os seus interesses. Caso contrário, a insatisfação de frações que compõem a frente, que no caso em questão é o novo desenvolvimentista, ocasionaria abalo à frente, enfraquecendo-o.

É importante considerar que durante os governos Lula e Dilma houve oscilações nesse sentido, porém com desfechos diferentes, desse modo sobre o pacto conformado no período Lula, Singer (2015, p. 52).

Em Os sentidos do lulismo, levantamos a hipótese de que ao longo dos mandatos de Lula se estruturaram duas coalizões contrapostas,

a que denominamos “rentista” e “produtivista”. A coalizão rentista unificaria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto a produtivista estaria composta dos empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora. Pairando sobre ambas, com o suporte do subproletariado, os governos lulistas fariam uma constante arbitragem de acordo com a correlação de forças, ora dando ganho de causa a uma, ora à concorrente.

Por fim, podemos através dos conteúdos expostos neste capítulo, como também no capítulo que o antecede, chegar à conclusão de que do ponto de vista econômico e político as classes sociais quando constituídas em frentes com o propósito de influenciarem as instituições em função de determinadas demandas pertinentes aos seus interesses, exercem um papel importante na conformação do governo que então se encontra no poder. Nesse sentido, é possível no próximo capítulo analisar através desse ponto de vista os impactos das demandas e embates, no que tange as políticas nacionais, levando em consideração o governo Dilma Rousseff e o processo de instabilidade sofrido durante o seu governo.

#### 4 A PONTE PARA O FUTURO E A OFENSIVA NEOLIBERAL.

É importante considerar que o debate entre teóricos, ou estudiosos que se ocupam em analisar as políticas econômicas nacionais, tem como um dos seus pontos de discussão a postura do estado no que se refere ao seu papel na formulação e aplicação de tais políticas econômicas. Portanto como vem sendo discutido ao longo deste trabalho, existe um desacordo entre os economistas quando o assunto tratado dedica-se a examinar o nível de intervenção do estado na economia, nesse sentido quando procedemos à análise de uma ofensiva neoliberal em contradição para com as práticas novo desenvolvimentistas, se torna apropriado dizer que tal ofensiva, preconiza que a função do estado no que tange a economia é limitada, uma vez que o crescimento econômico é algo que depende muito da iniciativa privada, desta maneira, para a ortodoxia, o desenvolvimento econômico depende dos fatores de produção e inovação da iniciativa privada (MOLLO; FONSECA, 2013).

Pode-se dizer que, conforme citado acima, o debate traz pontos importantes no que respeita ao desenvolvimento econômico industrial, visto que, segundo economistas os papéis do estado em estratégias nacionais de desenvolvimento podem resultar em disfunções no que concerne a fatores de produção e inovação. Neste contexto, para Haddad (2007) fica claro que o ambiente competitivo resultantes de políticas de abertura econômica, trazem consigo incentivos que podem resultar na melhoria dos meios de produção, levando a eficiência e inovação, mais importante, contudo, é constatar que a abertura devido ao seu ambiente de competitividade reduz o poder do monopólio.

Trata-se então de uma argumentação crítica as políticas nacionais de desenvolvimento, é necessário conceder lugar a esses argumentos, pois as idéias da função do estado nas políticas econômicas de desenvolvimento industrial, de certa forma fazem parte do cerne da frente novo desenvolvimentista. É importante então tratar da estratégia de investimento da política nacional de desenvolvimento, vê-se, pois, conforme explicado acima algumas dessas estratégias podem resultar em disfunções na estrutura econômica nacional.

Sendo assim, parte da crítica trata da estratégia de desenvolvimento aplicada por parte do estado, no que se refere à distribuição de preferências nacionais em prol do desenvolvimento industrial. Para Almeida (2013) esse tipo de política industrial, devido a sua postura de subsídios creditícios para determinados setores, resultam em um ônus excessivamente desnecessário para o tesouro nacional, uma vez que o crédito subsidiado via BNDES provem do tesouro nacional.

Nesse sentido, conforme mencionado pelo autor, à estratégia de desenvolvimento nacional da frente novo desenvolvimentista, apresenta falhas no que se refere às práticas de subsídios, que acabam por culminar na estagnação do desenvolvimento de inovações no meio industrial, devido à falha na distribuição dos incentivos, que alcançam determinados setores que já detém vantagens comparativas em suas áreas de atuação. "Quando se verificam as liberações do BNDES desde 2008, há uma nítida predominância de grandes empresas em setores nos quais o Brasil já desfruta de vantagens comparativas reveladas" (ALMEIDA, 2013, p. 283).

De acordo com Almeida (2013, p. 291), há falhas no modelo de incentivo ao desenvolvimento nacional, que resultam em adições na estratégia, como o custo financeiro:

O grande desafio para o Brasil não é se ele deve ou não adotar política industrial, mas saber se será capaz de adotar uma política industrial moderna, diferente daquela baseada na concessão de crédito subsidiado para grandes empresas que não precisam do apoio do setor público, uma política antiga que não ajuda a competitividade, não aumenta a produtividade total dos fatores e ainda onera os contribuintes com o excesso de dívida para o fortalecimento do BNDES (ALMEIDA, 2013, p. 291).

Portanto, torna-se evidente que os pressupostos apresentados nos primeiros parágrafos deste capítulo, buscam exhibir as imprecisões na estratégia nacional de desenvolvimento, que segundo eles resultam na estagnação industrial, devido à falta de concorrências derivando da mesma forma na falta de incentivos para inovação. Vê-se, pois, que no embate entre os grupos de interesses aqui analisados, tais argumentos serão discutidos e utilizados como justificava para o levante da ofensiva



neoliberal restauradora, que conforme a proposta do trabalho será mais bem analisada nos próximos parágrafos.

Nesse seguimento as eleições de ambos representantes dos partidos dos trabalhadores, o primeiro o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e na sequência, a última representante do partido a ocupar o cargo de dirigente do estado, a ex-presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016), se deram em uma conjuntura política semelhante, porém com desfechos diferentes. A via de estabilidade econômica e política encontrada por ambos os governos, como forma de conciliar as demandas são semelhantes em boa parte de suas diretrizes, dando eles prioridade, as classes ligadas às políticas neoliberais, bem como as classes ligadas ao setor industrial nacional e o operariado.

É preciso, porém, ir mais além, pois de acordo com a hipótese do trabalho, desacordos entre os grupos de interesses integrantes ou não da frente novo desenvolvimentista resultaram na alteração da política nacional econômica, nesse sentido Zahluth Bastos (2017) aponta como exemplo de dissenso no interior da frente, a política de aumento salarial, uma vez que a fração do capital interno via tal ação como uma elevação dos seus custos de produção, embora essa ação por parte do estado estimulasse a demanda agregada e induzisse investimentos, como consequência a frente industrial exigia mais moderação salarial e/ou corte de impostos.

De acordo com Andrade (2020, p. 4), a crise sistêmica fez com que uma fração da burguesia que fazia parte do pacto que mantinha o partido dos trabalhadores no poder, passasse a rever os seus interesses e vantagens na permanência no pacto outrora combinado.

A conciliação de classes com a burguesia (privatizações, reforma da previdência de 2003, ocupação militar do Haiti, ajustes neoliberais) buscava ser contrabalanceados com concessões sociais obrigadas, frutos de pressão e luta dos trabalhadores, dos sem-terra, dos estudantes, aos governos do PT [...] Se foram em muitos casos limitadas do ponto de vista dos trabalhadores e suas expectativas, foram conquistas e direitos intoleráveis para a burguesia por reduzirem suas margens de apropriação direta da riqueza nacional produzida pelos trabalhadores.

Neste contexto, fica claro que a conciliação se torna com o passar o tempo, bem como por outros eventos que serão mais bem descritos no decorrer do capítulo, cada vez mais dificultoso, no período de permanência da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) no poder notam-se as oscilações da frente neodesenvolvimentista e as alterações resultantes de algumas posturas políticas do governo que optou por comprazer às requisições das frações burguesas integrantes da frente novo desenvolvimentista. Carvalho e Rodrigues Junior (2019) deixam claro que nos derradeiros anos do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e no primeiro governo Dilma, ocorre uma espécie de afastamento modesto do modelo brasileiro ao capitalismo financeirizado, assumindo assim uma postura mais dirigista enquanto a política econômica, expandindo o pacto com as elites internas, dando as diferentes frações incentivos, como exemplo é citado o programa Minha Casa, Minha Vida, que procura atender a demanda popular por moradia, e simultaneamente resulta benéfico aos setores do capital vinculado à construção civil.

Trata-se então de uma alteração mais condizente com as características de uma postura nacional de desenvolvimento, mas o fato é que isso dificulta posteriormente a governabilidade do estado, uma vez que a coexistência entre o capital rentista e o capital produtivo era posto em risco, pois a postura até então vista pelo novo desenvolvimentismo era a de uma espécie de meio termo ou mais pragmática se comparado ao seu precursor, conforme descrito por Bresser Pereira (2007). Conforme explicado acima, ocorrem alterações na condução econômica, passando a priorizar as frações integrantes da frente novo desenvolvimentista, no entanto este será o estímulo para aquilo que no trabalho é descrito como ofensiva neoliberal contra o pacto neodesenvolvimentista.

Segundo Singer (2015), trata-se inegavelmente de uma alteração no que se refere a postura dos mandatários, pois enquanto conduta do Lula se mostrou mais afável no tocante as demandas do setor financeiro, a Dilma se demonstrou mais confrontacionista, participando de embates duros com a fração rentista. Assim, reveste-se de particular importância elencar algumas das políticas postas em prática por parte do governo que resultaram em mudanças relevantes na condução da economia nacional, sendo elas segundo o autor, a Redução dos juros, financiamento

público com a finalidade de apoio a produção, desonerações, desvalorização da moeda nacional, controle de capitais, entre o outras.

De acordo com Melo (2020, p. 7) a alteração na taxa de juros por parte do governo, ainda que com a pretensão de ser uma política anticíclica que tinha como propósito incentivar o investimento produtivo, resultou no descontentamento da classe bancaria que se viu afetada.

Com o objetivo de que a redução da taxa Selic chegasse ao mercado de crédito, o governo Dilma passou a concentrar esforços para reduzir o chamado spread bancário, a margem cobrada pelos bancos comerciais sobre os juros básicos da economia nas operações de crédito. Por meio dos bancos públicos, o governo forçou os bancos privados a reduzir os seus spreads. Tal medida, na prática, resultou na diminuição dos lucros bancários. Isso alterou substantivamente a atitude dos banqueiros e de seus asseclas na imprensa de grande circulação contra o governo. O ato do Poder Executivo foi divulgado como enfrentamento intervencionista de Dilma em relação ao mercado financeiro.

Sob essa ótica, o direcionamento da política nacional econômica durante o primeiro mandato da presidente Dilma, demonstrou claramente um inflexão para com a política de plena conciliação praticada até meados do segundo governo que a antecede, dessa maneira, vale também destacar que as políticas econômicas postas em pratica, que conforme mencionado pelo autor acima, resultaram em mudanças relevantes na condução da economia nacional, também tinham como propósito a contenção de infortúnios resultantes da crise financeira do centro, delongado desde o ano de 2008. "Com o BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção a juros mais baixos [...] aumento do limite de endividamento dos Estados e juros mais acessíveis nos bancos comerciais, o ensaio desenvolvimentista chegava ao auge" (SINGER, 2015, p. 49).

Ora, em tese, a nova matriz econômica tinha como um dos seus objetivos a de pôr em pratica as políticas anticíclicas, uma vez que a crise de 2008 estendeu-se por boa parte dos estados afetando-os com intensidades distintas e em tempos distintos. Por exemplo, as práticas econômicas executadas pela nova matriz, que conforme explicado acima foi tratado como o auge do ensaio desenvolvimentista, foi

uma das maneiras encontradas para a manutenção das condições para o desenvolvimento.

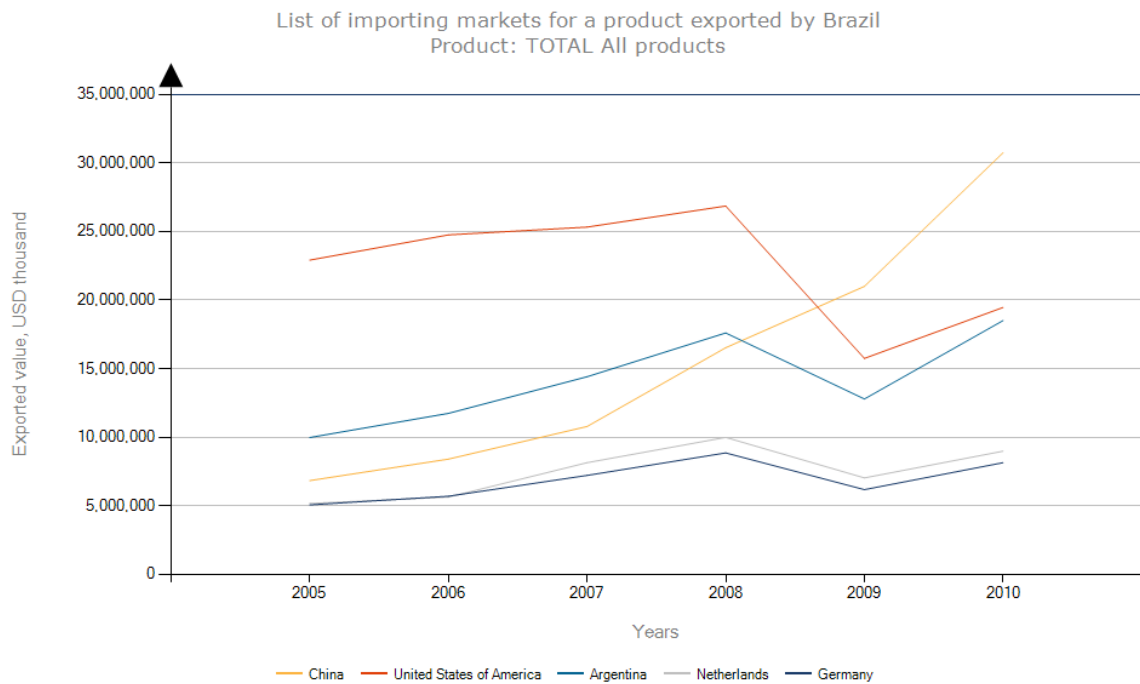
A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que as políticas econômicas postas em prática logo após a crise de 2008, que também se convencionou a ser chamada de a crise do subprime, em partes eram políticas que visavam à manutenção do crescimento econômico, visto que numa economia globalizada como é a nossa na atualidade, crises no centro da economia capitalista resultam bastante rígidas para praticamente todos os estados da economia capitalista. Ora, nesse sentido, Andrade (2020) aponta o fato de o Brasil estar plenamente inserido no encadeamento da economia mundial, e por tal razão também se viu bastante prejudicado, seja na redução das trocas e ou preços no mercado internacional, como também no sentido da prática da matriz econômica que se viu afetada com o momento de crise profunda do mercado.

De acordo com Carvalho e Rodrigues Junior, a crise cíclica do capitalismo internacional pode ser considerada como um dos impulsionadores da crise institucional do governo brasileiro:

É esta uma questão geopolítica, a atingir diretamente a própria conformação do modelo brasileiro de ajuste rentista-neoextrativista. A rigor, em um contexto internacional desfavorável, sobretudo em relação à posição da China – importante destino das exportações brasileiras de commodities –, teve início a erosão das condições objetivas do pacto de classes no Brasil (CARVALHO; RODRIGUES JUNIOR, 2019, p. 286).

O autor deixa claro na citação acima que a situação no cenário internacional, no que diz respeito à economia internacional, acaba por afetar a conformação do modelo brasileiro, pois em períodos de crise, a circulação de bens e capitais em momentos como estes tendem a se mostrar inconstantes, é possível visualizar com mais clareza as oscilações ou reduções das trocas comerciais no gráfico 2, onde revela-se a redução drástica das exportações logo após o início da crise. Nesse sentido é importante considerar essa circunstância como um ponto importante para as alterações ocorridas durante o período Dilma, e, por conseguinte em mudanças na frente novo desenvolvimentista.

Gráfico 2–Exportações logo após a crise.



Elaborado pelo autor com base nas estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Por essa razão, tem particular relevância analisar a expressão da crise econômica e política nacional, durante parte do governo Dilma, no contexto da crise do capital do fim da primeira década do século XXI, uma vez que o processo de

instabilidade do ciclo econômico petista é resultante em partes do caráter sistêmico da economia global.

Esta crise, deflagrada em 2013, a partir das chamadas “Jornadas de Junho” de contestação aos ciclos de ajuste petista, constitui, antes de tudo, uma expressão peculiar, no contexto do Brasil do Ajuste, da crise do capital, manifesta em 2008. Tal crise é caracterizada como crise do próprio sistema do capital, de caráter sistêmico, de longa duração e de amplitude global (CARVALHO; RODRIGUES JUNIOR, 2019, p. 276).

Pode-se dizer que aquilo que é posto neste presente trabalho como um determinado momento e ou arranjo que propicia a investida neoliberal, ou seja, a contestação aos ciclos de ajustes petistas e como resultado disso o Golpe de 2016, são resultados da configuração da crise do capital. Conforme citado acima, neste contexto, fica claro que a derrocada do governo da presidente Dilma Rousseff através do processo de impeachment que acabou por alçar o seu vice ao cargo de titular do poder executivo, é decorrente do caráter sistêmico do sistema capitalista, bem como uma contestação da diretriz econômica praticada até então.

Então na visão desses autores, o ambiente econômico externo acaba por influenciar na conformação econômica nacional, por razões já tratadas acima, mas são elas em partes a escassez de capital, a inconstância nas trocas comerciais e etc. É importante ressaltar que conforme proposto no presente trabalho, infere-se uma ofensiva neoliberal em oposição à estratégia novo desenvolvimentista, no entanto é algo insólito imaginar uma ofensiva em um momento de crise, nesse sentido Zahluth Bastos, aponta a maneira como ocorre, ou os meios utilizados (2017, p. 7) "No entanto, dada a sucessão de crises que caracteriza a globalização, a saída de capitais é um valioso recurso de poder à disposição do capital financeiro para disciplinar a política econômica de países endividados".

Diante do exposto, então é chegado o momento de apresentar uma das manifestações do que é apresentado no trabalho como uma ofensiva neoliberal, dessa forma, foi possível notar nos parágrafos anteriores o ambiente econômico resultante de uma instabilidade no sistema capitalista, a crise de 2008 resultou num obstáculo periclitante para a estratégia desenvolvimentista que vinha sendo colocado em prática ao longo dos governos do partido dos trabalhadores, no entanto

a manifestação derradeira a ser analisada é carta-programa do PMDB chamada de a ponte para o futuro, que é entendida nesse trabalho como uma maneira de contestar a estratégia ou modelo econômico que vinha sendo posto em prática.

Sendo assim a investida neoliberal que passou a contestar o modelo novo desenvolvimentista posto em prática até então, resultou no afastamento da presidente e representante do partido dos trabalhadores, pondo assim em xeque o ciclo de ajustes encetado no início dos anos 2000. Porém é interessante notar a maneira como tal investida é apresentada no contexto de uma pressão política, aparentando assim ser um projeto modernizador, despolitizado e de caráter técnico.

Propõe um suposto projeto modernizador e progressista, mas que recoloca na ordem do dia ações e práticas do passado que rebaixam direitos e garantias. A aparência de neutralidade e consenso é um conhecido recurso de despolitização da agenda econômica, que busca deslegitimar o campo da luta política daqueles que se opõem à nova ordem. Estabelecem-se assim as idéias dos especialistas, supostamente alheios às pressões políticas e afeitos à retidão racional da ciência e do “bem comum” (FONSECA, 2017, p. 21).

Conforme citado acima, a investida neoliberal que tinha como objetivo contestar a matriz econômica da frente novo desenvolvimentista buscou fazer isso de maneira velada, com uma aparência modernizadora e progressista, e mediante tal postura buscou deslegitimar o modelo vigente e, por conseguinte aplicar a agenda liberalizante. Como bem nos assegura Zahluth Bastos (2017), trata-se inegavelmente de uma campanha de invalidação ideológica, se valendo para tanto de uma interpretação supostamente apenas técnica, das políticas econômicas aplicadas pela frente novo desenvolvimentista, classificando-as de irresponsáveis.

O foco central do esforço praticado pela investida neoliberal era a alteração do modelo econômico vigente, uma vez que algumas políticas aplicadas pelo governo não se mostraram favoráveis as classes ou as frações de classes mais próximas ao mercado financeiro, nesse sentido deve ser levada em conta a proposta e a origem da proposta retratada por esta como modernizadora, progressista e despolitizada, diante de tal cenário eis que surge uma proposta de plano de governo para o Brasil, apresentada pelo então Partido do Movimento

Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje MDB), nomeado como “Uma ponte para o futuro”. “Sob os rumos da programática de um governo instituído por meio de golpe institucional e midiático a chamada Ponte para o futuro, carta-programa do PMDB empreendida em 2015, em preparação para fortalecer os interesses de mercado por meio do governo brasileiro” (OLIVEIRA, 2019, p. 264).

Para tanto a movimentação política que representou esta ofensiva contou com o grande apoio ou de expressiva maioria congressual, denotando assim o fisiologismo do congresso nacional, posto isto, se faz interessante expor o projeto do plano de governo apresentado na época pelo PMDB, e de maneira pontual é possível citar a intenção de revogar a integração econômica obtida pela estratégia novo desenvolvimentista, congelar gastos públicos, promover uma reforma trabalhista anti-clt, etc. (SINGER, 2018).

Deste modo, é possível notar através da carta-programa do PMDB, as características da ofensiva neoliberal, apresentando a sua proposta de governo para o Brasil, com uma postura de alternativa para a continuidade do pacto que favorecesse as altas taxas de rentabilidade dos rentistas, como as políticas cambiais da burguesia ligada ao agronegócio.

O Golpe de Estado de 2016 bem consubstancia a alternativa das forças do capital para manter as taxas de lucro, no contexto de crise. Nesta perspectiva, o governo de Michel Temer, emergente do golpe, opta por uma versão do modelo rentista-neoextrativista alicerçado na superexploração da força de trabalho, com desmonte de direitos e conquistas dos trabalhadores, atingindo fortemente os segmentos pauperizados. E, assim, constituiu-se o cenário político da ofensiva neoliberal restauradora, fundada na radicalização das políticas neoliberais, no desmonte de direitos sociais, na espoliação das riquezas nacionais e no desmanche de políticas públicas (CARVALHO; RODRIGUES JUNIOR, 2019, p. 286).

Portanto, torna-se evidente que a ofensiva resultou como uma força restauradora das políticas neoliberais vê-se, pois, que através da ofensiva, conforme explicado acima, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), alcançou o poder em uma posição de representação dos interesses das frações beneficiadas com o desmonte da matriz novo desenvolvimentista. E segundo Oliveira (2019) a proposta de Emenda Constitucional (PEC 55/2016) que após aprovada, é a Emenda



Constitucional 95, é entendida pelo autor como uma maneira do então presidente empossado, agradecer a classe que o alavancou até o mais alto posto do poder executivo, uma vez que tal proposta congela os gastos públicos, por vinte anos, impondo assim uma serie de limitações ao estado.

Segundo Singer (2015, p. 51), "Acrescente-se que o aumento das críticas ao ativismo estatal por parte das agências internacionais de risco, das instituições oficiais de controle econômico [...] dedicados a mostrar o quanto era preciso cortar os gastos ineficientes". Por isso, fica evidente que conforme a hipótese levantada no trabalho há na conformação dos governos aqui apontados um conjunto de interesses, resultantes em pactos ou frentes, que inicialmente atendam às suas demandas, no entanto constatamos a existência de um embate entre diferentes frentes que resultam na cisão e instabilidade da política econômica nacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esta pesquisa se propôs como objetivo geral analisar a forma como se processam a conformações das frentes ou pactos nacionais de desenvolvimento, bem como os embates entre os grupos de interesses envolvidos em pactos econômicos e sociais, e, por conseguinte os impactos na política econômica nacional resultantes da tais embates.

Nesse sentido, através de pesquisas bibliográficas, foi possível analisar e compreender as estratégias econômicas formadas nos últimos anos, a sua importância e suas características, bem como através da análise notou-se a noção de conformações de classes, envolvidas em frentes por motivações que atendiam as suas demandas específicas, como por exemplo, a frente ligada às políticos novos desenvolvimentistas apresentados no presente trabalho. Assim, posteriormente, e cumprindo com a proposta do trabalho, foi possível analisar de que maneira se davam essas frentes, enquanto suas demandas e interesses, e a influência exercida sobre as políticas econômicas nacionais.

Outro fator que também pode ser considerado, no que se refere aos objetivos do trabalho, é a noção da investida neoliberal apresentada na hipótese, pois conforme levantado através da pesquisa, a depender da matriz econômica, há políticas econômicas que dialogam melhor com as demandas de determinadas frações da burguesia. Assim sendo, foi possível observar a noção daquilo que foi apresentado como "embate" entre diferentes frações agrupadas em pactos, considerando a ofensiva neoliberal aos pactos nacionais de desenvolvimento nos governos Dilma Rousseff, através da proposta de plano de governo para o Brasil, apresentada pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje MDB), nomeada como "Uma ponte para o futuro".

É preciso ressaltar a importância da análise, no que tange a conformações de pactos econômicos e sociais, e sua influência nas políticas econômicas, pois em concordância com o presente trabalho a formação de políticas econômicas através de determinados governos, ou melhor, dizendo, por parte aqueles que se encontram no poder naquele determinado período, são suscetíveis a entremetimentos, que

conforme visto no estudo feito pelo presente trabalho acaba por vezes em alterar as políticas econômicas nacionais.

Por fim, podemos chegar à conclusão de que a conformação dos pactos econômicos se dá por motivos de representação e cumprimentos de demandas pontuais por parte das classes. Logo, é indiscutível que há embates entre as diferentes frações burguesas, por razões que no caso da frente nacional de desenvolvimento, compreendem as políticas econômicas aplicadas pelos governos, que por vezes não se mostraram favoráveis a determinadas classes ou frações. Nesse sentido, é possível classificar o golpe institucional que levou ao fim o segundo governo Dilma Rousseff (2016), como resultado da instabilidade política e econômica decorrido naquele período, parcialmente motivado pelo processo de oscilação descrito no trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mansueto de. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 273-294, 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista de Economia Contemporânea, v. 21, 2017.

BOITO JR, Armando. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. CAETANO, G.; MAYA, ML Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, p. 271-296, 2006.

BOITO JUNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo. 2012**.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública na construção do Brasil**. São Paulo, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **DO ISEB E DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA**.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado e mercado no novo desenvolvimentismo**. Nueva Sociedad, v. 210, p. 156-173, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 36, p. 237-265, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese**. Cadernos do desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, 2016.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 8, n. 1, 2009.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; JÚNIOR, Natan dos Santos Rodrigues. **Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do Golpe de 2016 no Brasil Contemporâneo**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 17, n. 44, 2019.

FONSECA, Alan Eric. **Neodesenvolvimentismo e capitalismo dependente no Brasil contemporâneo. 2017**.

HADDAD, Claudio LS. **Em favor de uma maior abertura**. Brasil Globalizado, 2008.

MELO, Wanderson Fabio. **Do novo desenvolvimentismo ao ultraliberalismo: a crise do governo Dilma—a saída pela direita**. OPSIS, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v20i1.64373>. Acesso em: 21 nov. 2020

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 33, p. 222-239, 2013.

OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo. **O golpe de 2016, da conciliação ao bonapartismo e o caminho da redemocratização**.

OLIVEIRA, Leidiane Souza. **Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras**.

PFEIFER, Mariana. **Bresser-Pereira e o pacto neodesenvolvimentista**. Temporalis, v. 13, n. 26, p. 11-36, 2013.

PINHO, Carlos Eduardo Santos et al. **O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso social-democrata**. 2011.

SILVA, Leandro Ribeiro da. **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930–2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. 2013. 261 f. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Curso de Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas.

SINGER, André. **CUTUCANDO ONÇAS COM VARAS CURTAS: O ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA NO PRIMEIRO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2014)** 1. Novos estudos CEBRAP, p. 39-67, 2015.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Editora Companhia das Letras, 2018.